**O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Sena, Cristiano Pereira¹

Vilar, Eduarda Albuquerque2

Eschiapati, Thainá Ruiz ³

Rêgo, Hosana Maria Araújo⁴

**RESUMO: INTRODUÇÃO:** Muitos historiadores afirmam que a homossexualidade foi "aceita" em várias civilizações ao longo da história. Apesar disso, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros ainda são estuprados, presos, torturados e mortos em muitos países sem proteções legais que podem ser silenciosos, bugados e até apoiados violência contra a comunidade. **METODOLOGIA:** A metodologia deste trabalho visa apresentar a história do movimento gay no Brasil e seu desenvolvimento por meio de uma revisão literária abrangente (RIL). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em resposta às atrocidades da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos foram articulados por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Os direitos humanos controlados são frequentemente referidos e garantidos por leis, formas de tratados, direito internacional consuetudinário, princípios gerais e outras fontes do direito internacional. Os órgãos de tratados de direitos humanos da ONU afirmam regularmente que a atendimento com base na orientação sexual ou identidade de gênero é prescrito pela lei internacional de direitos humanos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em conclusão, o movimento gay no Brasil iniciado na década de 1970 foi de grande importância para a eclosão do movimento LGbtqiap+, estar associado à orientação sexual, sexo e identidade de gênero e fornecer espaços seguros para esses indivíduos.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas; LGBTQIAP+; Brasil.

**E-mail do autor principal:** senacristiano02@gmail.com.

¹Enfermagem, UNIP, Manaus-AM, senacristiano02@gmail.com.

²Enfermagem, FAMETRO, Manaus-AM, eduardaalbuquerque007@gmail.com.

**1. INTRODUÇÃO**

Muitos historiadores afirmam que a homossexualidade foi "aceita" em várias civilizações ao longo da história. Apesar disso, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros ainda são estuprados, presos, torturados e mortos em muitos países sem proteções legais que podem ser silenciosos, bugados e até apoiados violência contra a comunidade (RODRIGUEZ, 2020).

A atração e o amor pelo mesmo sexo há muito são considerados pecaminosos, criminosos e até mesmo doentios (FOUCAULT, 1984). A Organização Mundial da Saúde (OMS) não retirou a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais até 1990, quando a classificou como desviante e pervertida (WELLE, 2020).

É muito importante ressaltar que esses tipos de violência não são coisa do passado, até a década de 1960, a homossexualidade era ilegal em todos os estados americanos, exceto Illinois. Alan Turing, o pai da computação no filme O Jogo da Imitação, foi castrado quimicamente em 1952 por ordem do governo britânico (BOTELHO, 2020).

No Brasil, o movimento LGBT teve início na década de 1970 durante uma ditadura civil-militar (1964-1985) (FERRAZ, 2017). Com o desenvolvido do Movimento Gay no Brasil (MHB), as publicações alternativas LGBT são a base desse movimento, e dele nasce a imprensa gay; a eclosão do MHB; o evacuação de organizações radicais; relações com outros movimentos sociais; a ditadura militar seguiu pela reabertura da democracia; a chegada da AIDS no Brasil levou ativistas LGBTQIA+ a lutar por direitos humanos básicos até então negligenciados (SILVA, 2006).

O estigma criado pela relação original entre AIDS e homossexualidade persiste, levando os autores a descrever o período do surto como uma repatologização da homossexualidade (ROCHA, 2016).

Se por um lado, a epidemia de AIDS teve um impacto negativo sobre MHB, por outro, essa a situação também aumentou a atenção pública para a homossexualidade. Observada a demora do governo em implementar medidas de combate à epidemia, o MHB firmou parceria com o estado para garantir melhor atendimento à população gay, o que posteriormente tornou o Brasil referência no enfrentamento do HIV/Aids (FACCHINI, 2002).

No mesmo sentido, Facchini (2002) homenagens aos inícios da ditadura militar às impressões que foram as principais características dessa fase inicial, responsável por estimular a formação de resistências em diversos setores da sociedade, inclusive sendo responsável pelo perfil fortemente antiautoritário que marcou a “primeira onda” do MHB.

Somente em 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, elaborado pela Comissão Técnica Interministerial, refletiu a busca de esforços de políticas públicas. Fortalecimento do programa Brasileiro Livre de Homofóbicos, que existe desde 2004 em resposta às necessidades, potencialidades e direitos das pessoas envolvidas, liderado pelo Ministro da área de direitos humanos, Neil Mario Miranda, que governou o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva (Brasil, 2009).

**2. METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho visa apresentar a história do movimento gay no Brasil e seu desenvolvimento por meio de uma revisão literária abrangente (RIL), que deu origem ao que hoje é conhecido como movimento LGBTQIAP +, processo relacionado à síntese de um certo objetivo dos resultados da pesquisa sobre um tópico ou problema. Este é um tipo de estudo que fornece informações mais amplas sobre um tema/problema (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014).

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Política Nacional de Saúde LGBTQIAP+ é um divisor de águas na política pública de saúde brasileira e um marco histórico no reconhecimento das necessidades desse grupo vulnerável. É também um documento que orienta e legitima suas necessidades e especificidades, com base nos orçamentos de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SENA *et al*., 2022).

A política LGBTQIAP+ consiste em um conjunto de diretrizes, cuja implementação requer um plano com estratégias e objetivos de saúde, e cuja implementação requer desafio e comprometimento dos órgãos governamentais, especialmente das secretarias estaduais e municipais de saúde, conselhos de saúde e todas as áreas do Ministério da Saúde.

Essa política é uma iniciativa para criar mais equidade no SUS Europa O compromisso do Ministério da Saúde com a redução das desigualdades foi um dos alicerces da Iniciativa Mais Saúde “Direitos para Todos”, lançado em 2008, para reorientar a política de saúde para ampliar o acesso a ações e serviços de qualidade (BRASIL, 2008).

Decreto nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) em sua arte. 1º Esta portaria estabelece a Política Nacional de Saúde Integrada de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (Política Nacional Integrada de Saúde LGBT) no âmbito do SUS com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBTQIAP+, para eliminar a dispensa e o preconceito (BRASIL, 2011).

Em resposta às atrocidades da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos foram articulados por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Os direitos humanos controlados são frequentemente referidos e garantidos por leis, formas de tratados, direito internacional consuetudinário, princípios gerais e outras fontes do direito internacional (UNFE, 2022).

Os órgãos de tratados de direitos humanos da ONU afirmam regularmente que a atendimento com base na orientação sexual ou identidade de gênero é prescrito pela lei internacional de direitos humanos (UNFE, 2018).

Isso significa que é ilegal fazer qualquer distinção nos direitos das pessoas com base no fato de serem gays, lésbicas, bissexuais ou transgêneros (LGBT), assim como com base em cor, raça, gênero, religião ou qualquer outra circunstância.

No Brasil desde 2001, com a criação da Comissão Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), ligada ao Ministério da Justiça, Campanha LGBTQIAP+ do Brasil lança advocacy de políticas públicas para promover sua cidadania e direitos humanos (MELLO; MAROJA, 2012).

Spatz e Suptitz (2015) comparam o papel da Constituição Federal de 1988 com a política pública tem como uma de suas finalidades a salvaguardar e a promoção dos direitos fundamentais, a política pública é o meio para alcançar os fins constitucionais sistematicamente e extensivamente.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conclusão, o movimento gay no Brasil iniciado na década de 1970 foi de grande importância para a eclosão do movimento LGbtqiap+, estar associado à orientação sexual, sexo e identidade de gênero e fornecer espaços seguros para esses indivíduos.

**REFERÊNCIAS**

BOTELHO, I. **Orgulho LGBTQI+: conheça a história do movimento por direitos.** MERCADIZAR. 2020. Disponível em: https://mercadizar.com/noticias/orgulho-lgbtqi-conheca-a-historia-do-movimento-por-direitos/.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 1 de Dezembro de 2011.** 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\_01\_12\_2011.html.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção a Cidadania e direitos Humanos de LGBT.** 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\_pdfdht/plano\_nacional\_lgbt\_2009.pdf.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática.** Revista Mineira de Enfermagem. 2014. Disponível em: https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904.

FACCHINI, R. **Movimento homossexual e produção de Identidades coletivas nos anos 90. Dissertação de mestrado.** Departamento de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2002.

FERRAZ, T. **Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia. Politize.** 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/.

FOUCAULT, M. A história da Sexualidade. Vol. 1: A Vontade de Saber. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984

MELLO, L.; MAROJA, D. **Por onde andam as políticas Públicas para a população LGBT no Brasil?** Sociedade e Estado. 2012.

ROCHA, M. S. **O estigma do HIV/AIDS associado à imagem do homossexual.** 2016. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente –FAEMA. 2016. Disponível em: http://repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/885

RODRIGUES, V. C. S. **O movimento LGBT vai ao mundo: uma análise histórico-discursiva de sua internacionalização.** O Cosmo Político. 2020.

SENA, Cristiano Pereira et al. **Políticas públicas e os direitos LGBTQIA+ no Brasil.** In: I Congresso Nacional de Humanização na Saúde - Manaus AM. 2022. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/-conahus/trabalho/270795>.

SILVA, A. S. **Marchando pelo arco-íris da política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal.** 2006.

SPATZ, G. M.; SUPTITZ, C. E. **O conceito de políticas públicas para o direito e a cultura como direito fundamental: sob o olhar da investigação acadêmica.** 2015. Disponível em:<file:///D:/CRISTIANE/Downloads/13206-7083-1-PB.pdf>.

UNFE. **O direito internacional dos direitos humanos e a orientação sexual e identidade de gênero.** Livres & Iguais Nações Unidas pela Igualdade LGBT. 2022. Disponível em: https://unfe.org/system/unfe-39-sm\_direito\_internacional.pdf.

UNFE. **O direito internacional dos direitos humanos e a orientação sexual e identidade de gênero.** Nações Unidas Livres & Iguais. 2018. Disponível em: https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2018/06/International-Human-Rights-Law-Portugese.pdf.

WELLE, D**. Há 30 anos OMS retirava homossexualidade da lista de doenças.** Carta Capital. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/